
Allegretti, Giovanni; Sintomer, Yves, *I bilanci partecipativi in Europa. Nuove esperienze democratiche nel vecchio continente*

Ernesto d'Albergo



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/4466>

DOI: 10.4000/rccs.4466

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 dezembro 2010

Paginação: 279-282

ISSN: 0254-1106

Reférenceia eletrónica

Ernesto d'Albergo, « Allegretti, Giovanni; Sintomer, Yves, *I bilanci partecipativi in Europa. Nuove esperienze democratiche nel vecchio continente* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 91 | 2010, posto online no dia 29 novembro 2012, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/4466> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.4466>



Recensões

Campos Costa, Pedro; Louro, Nuno (2009), *Duas Linhas*. Edição dos autores, 224 pp.

Mais do que um *road book*

O livro *Duas Linhas* é uma edição dos autores, bilingue, publicada no âmbito dos denominados “Projectos Tangenciais” promovidos pela Bienal *Experimenta-Design* em 2009. A sua concepção resulta de um projecto pessoal traçado por Pedro Campos Costa e Nuno Louro, e materializado numa dupla viagem que realizaram, em Julho desse ano, ao longo do território português, de Norte para Sul – uma pelo litoral; outra pelo interior – registando, em suporte fotográfico, momentos dessas duas aparentes “linearidades” paisagísticas.

Formados, ambos, em arquitectura, em finais da década de 1990, com posteriores experiências de estudo e de trabalho fora de Portugal, os dois autores encontraram, neste projecto, uma forma de “regressar” simbolicamente ao seu território, ou, tal como afirmam, um modo de fazer uma “TAC” ao seu próprio país (7). Para o efeito, estabeleceram 118 referenciais geográficos (59 pontos × 2 linhas) sobre um mapa de Portugal, ao longo dos quais realizaram 59 pares de fotografias, captadas à mesma latitude (litoral e interior), nos mesmos dias, e, sempre que possível, em horas coincidentes.

Pelo seu carácter assumidamente empirista, este projecto não pretendeu competir com outras análises territoriais, de índole científica, aproximando-se mais, na verdade, de uma deriva conceptual ou de uma “performance” artística, passível de ser documentada sob a forma de uma exposição-instalação ou de um livro, como veio a acontecer. No entanto, e ainda que as suas fotografias de viagem constituam

o centro desta espécie de *road map*, ou de *road book*, a verdade é que Pedro Campos Costa e Nuno Louro tiveram a inteligência de o tornar em algo mais do que um registo impressivo, circunstancial e auto-centrado. Neste sentido, convidaram dois artistas – os fotógrafos Daniel Malhão e Nuno Cera – a completar o seu olhar subjectivo sobre as cinco regiões portuguesas, mas também, e numa perspectiva interdisciplinar, cinco autores ligados à investigação urbanística e paisagística, a discorrer, mais objectivamente, sobre temas despoletados por essa deriva geográfica. São eles: Mário Alves, especialista em Ordenamento do Território e Mobilidade; Álvaro Domingues, geógrafo do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; João Nunes, paisagista e docente do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa; Samuel Rego, historiador ligado ao Instituto Camões; e João Seixas, economista e geógrafo urbano do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

Com esta inclusão, o projecto ganhou maior densidade crítica, como atestam os textos preambulares que debatem e enriquecem o imaginário documentado pelas 118 imagens captadas pelos arquitectos-autores, mas também pelos 10 retratos regionais propostos pelos artistas-fotógrafos convidados.

Mário Alves escreve ironicamente sobre a “dromologia da rotunda”, caracterizando as novas e rápidas infraestruturas viárias que se sobrepõem a um país de velhos e morosos costumes, mas que “quis ser rico,

depressa”. Como diz o especialista: “Este projecto obriga-nos a reflectir estas contradições – pede-nos para parar e observar, num tempo em que, dizem-nos, não se pode parar” (22-23).

Álvaro Domingues aprofunda, no ensaio mais longo do livro, a tensão entre as polaridades que povoam a paisagem urbana portuguesa: cidade/campo; rua/estrada; litoral/interior; centro histórico/cidade genérica. Em jeito de síntese, o geógrafo deixa um aviso: “O *zapping* paisagístico que as imagens registam é o sismograma do país que muda, mas o que verdadeiramente tem que mudar é a forma de olhar e avaliar essa mudança. [...] A paisagem continua a ser um conceito-esponja de uma tal porosidade que é capaz de tudo absorver e de tudo expulsar, em apertando. Pergunte-se mais para que serve e o que transporta o discurso e a representação sobre a paisagem” (56). Indagando sobre essa mesma utilidade futura, João Nunes afirma que este projecto pode servir de base a um desejável “Observatório da Paisagem”, algo que, segundo o autor, constituiria “um instrumento capaz de estabelecer métodos de observação e registo das transformações da paisagem, capaz de implementar esse registo no terreno, e de gerir a sua utilização para a produção de estudos sobre o passado e sobre o futuro do território” (61).

Já Samuel Rego desmistifica muitos clichés estabelecidos em torno das assimetrias entre as “duas linhas”. Como diz, “ocorre vulgarmente a tentação simplista de identificar problemas por oposição, do género

– o grande problema do litoral é a mobilidade *versus* o imobilismo do interior. Nada mais erróneo. Ambas as linhas sofreram metamorfoses deveras significativas a nível social, económico e cultural ao longo dos séculos” (67).

Por fim, João Seixas escreve sobre o sentido desta viagem deambulatória entre dois tempos de um mesmo Portugal. Nota que “a pós-modernidade portuguesa, tão dsléxica e metaforicamente tão expressa nas novas estradas, parece vir bem espelhada nas paisagens destas duas linhas, e nas diferentes escalas de olhar que elas nos evocam. [...] Mas por detrás do Portugal pós-moderno, em cada canto das telas, ainda tanto do Portugal pré-moderno: uma paisagem de descompasso, ainda bem portuguesa. [...] Acaso faltaria escrever, por todo o território: Mind the gap” (72-73). Como se depreende, este é um livro sobre a paisagem portuguesa, embora já não no seu sentido estático, bucólico ou catártico de outrora. Essa “outra” paisagem revelada pelas sucessivas fotografias de viagem, assim como pelas diferentes reflexões que as referenciam, corporiza o mapa de um país em acelerada mutação, sempre hesitante entre essas “duas linhas” de desenvolvimento. O mesmo mapa que “embrulha”, em jeito de sobrecapa, esta bela edição composta graficamente pelo atelier de design R2. Um *road map* que, enfim, pode ler-se como um roteiro da nossa própria identidade nacional.

Nuno Grande

Teyssot, Georges (2010), *Da Teoria de Arquitectura: doze ensaios*. Lisboa: Edições 70; Coimbra: Edarq, 295 pp.

O volume de ensaios do historiador e crítico da arquitectura Georges Teyssot perfaz um arco temporal de mais de trinta anos. Um modo de aceder globalmente

ao desenho que este percurso vai fazendo será, talvez, o de definir com clareza as figuras-chave que o alimentam e o tipo de utensilagens metafóricas e conceptuais de

que se serve ao longo da sua viagem pelos territórios da crítica.

Convirá então dizer que o pensamento de Teyssot se define tendo em conta três vértices maiores: Michel Foucault, Walter Benjamin, e Gilles Deleuze.

Georges Teyssot desenvolve o seu trabalho através de uma estratégia que implícita e explicitamente depende de três elementos vocabulares que podemos colher, justamente, em Foucault, Benjamin e Deleuze: “heterotopia”, “passagem” e “multiplicidade”. Podemos, desde já, assinalar em *Da Teoria de Arquitectura* uma espécie de generatividade constitutiva que tem por parâmetros iniciais uma redescritção de “heterotopia”, uma redescritção de “passagem”, e uma redescritção de “multiplicidade”. Redescritções que são assumidas no estudo introdutório que é “Por uma topologia de constelações do quotidiano” (17-28), onde escreve uma belíssima diatribe às pretensões metodológicas (e instrumentais também) que se fazem ou podem fazer inscrever na crítica da arquitectura:

[E]sta colectânea de textos é apresentada de uma forma não-metodológica; quer dizer, não tanto uma ‘*meta odos*’ (já que em grego *meta* significa através dos meios e *odos* a estrada, método é a super-auto-estrada do pensamento), mas muito mais uma série de caminhos, atalhos que atravessam a espessura da vida quotidiana, com as suas infelicidades oprimentes, perpétuos maus hábitos, irreprimíveis depressões, desejos reprimidos, anseios inefáveis, melancolias não confessadas. No entanto, esta obscuridade é desanuviada pela animada cavaqueira da má-língua, a segurança aconchegante do lugar comum, e o estranho conforto da familiaridade. (17)

Em 1977, Teyssot fazia publicar na colectânea *Il dispositivo Foucault* um dos seus

textos inaugurais. Refiro-me a “Eterotopia e storia degli spazi” (31-44). Perante as topologias da descontinuidade que o conceito de heterotopia reclama, onde fica o projecto disciplinador ou normalizador que parece ter obcecado os modernos? Dir-se-ia que todos os sistemas de regras a partir dos quais se pretendeu edificar a pólis moderna estavam votados ao ilegível da prática e da excepção, ou seja, a diuturnidade (a fluidez do real, a sua continuidade pautada pelo hábito e pela ausência de excepção) é afinal constantemente tomada de assalto pela descontinuidade e ausência de linearidade. Ao “consolo” prometido pela “utopia” parece contrapor-se o rosto irónico das figurações – espacializadas – da heterotopia, figurações que consagram, assim, os contra-arranjos da pólis. A descontinuidade é, em Foucault e em Teyssot, uma marca da história e da sua turbulência, uma inscrição que fractura irremediavelmente o vidro da história, e as ilusões normativas e os nativismos da crítica e da sua tradução prática só podem ser amplamente recusados, porque, de um modo ou de outro, estão condenados ao fracasso da incorrecta apreciação da historicidade que atravessa desenho e matéria. A “teratologia do saber” (39) que Foucault torna visível, envia-nos para uma concepção da crítica que se recusa a diluir a presença da complexidade. Teyssot diz-nos explicitamente que a história se define pela sua ausência de linearidade, sendo toda a ambição tipológica equívoca já que se compraz numa tarefa destinada à mera reescrita:

O trabalho dos demógrafos e dos historiadores – como Philippe Ariès e Louis Chevalier –, e do próprio Foucault, demonstra que não há linearidade no que diz respeito à história do ‘*habitat*’. Quando isso se tornou uma questão de reunir uma morfologia histórica da cidade

transmitindo uma ‘evolução’ de ‘tipologias’ residenciais, houve que fazer deduções *a posteriori* com base em diagramas reconstrutivos do século XIX, bem como em arquivos civis, incluindo registos de impostos e tributação, que na melhor das hipóteses forneceram um levantamento do desenvolvimento da habitação baseada num estudo da subdivisão de lotes e funções dos compartimentos. (40)

Teyssot parece assim mostrar-nos, através da sua incursão em território foucauldiano, que é com extrema reserva e enorme parcimónia que devemos encarar a investigação histórica do fenómeno urbano e da arquitectura. Em particular, não há em Teyssot o menor interesse pelas soluções salvacionistas ou nativistas que reivindicam uma morfologia de grafismo exemplar. Trata-se de um crítico desassombrado de um tema caro à modernidade. Refiro-me àquele que se prende com a pureza e resgate da “origem” (o que marca a emergência das ciências humanas, e que terá interpelado Foucault ao longo de uma parte apreciável do seu percurso). Não são apenas as suas observações sobre Heidegger que aqui se tornam relevantes, mas antes, e sobretudo, o modo como, em *Da teoria*, Teyssot empreende uma singular viagem em torno da noção de “tipo”, chamando-nos a atenção, por exemplo, para a centralidade que aí assumem os estudos de Franz Gall em torno da fisiologia e craniologia.

Georges Teyssot é alguém que recorrentemente promove um regresso à complexidade e à multidimensionalidade da experiência quotidiana e dos seus fluxos, revelando um interesse acentuado por preposições e verbos (ligações e processos). Dá preferência aos limiares e às regiões de contágio entre objectos, uma preferência que se poderá assimilar à experiência das “passagens” que Benjamin terá interrogado de forma magistral no seu

Passagen-Werke. Estamos face a um registo que espacializa a fluidez dos abertos e dos fechados, dos interiores e dos exteriores, das transparências e das opacidades. A grande metrópole moderna pode assim ser pensada como um espaço consagrado à liminaridade, ou seja, a experiências que são em simultâneo interiores e exteriores. Não é por acaso que Teyssot apela, logo de início, à noção de heterotopia e à centralidade desses “espaços outros” na cidade. E não é ainda por acaso que, ao longo de *Da teoria*, irá fazer uma analítica das condições materiais e simbólicas em que se desdobram as passagens e os fluxos da urbanidade. O *betwixt and between* poderá ser aqui assimilado a um conjunto de apreciações que põem em relação a materialidade dos espaços e dos objectos com a experiência das passagens que aí se anuncia constantemente. Dos móveis às janelas, passando pelas construções em vidro e metal, tudo parece estar destinado à recursiva experiência liminar em que se alicerça a vida quotidiana na grande metrópole, onde o público e o privado se metamorfoseiam reciprocamente, revelando a instabilidade mercurial do moderno:

Esses ‘espaços de passagem’ flutuantes, percorridos por toda a espécie de fluidos, atravessados por ventos e por feixes luminosos, ‘onde já não mora ninguém’, como diz Ernst Bloch, constituem a morada ideal do trabalhador moderno e nómada. O ‘alojamento de passagem’ esvazia-se também de móveis. É, de resto, a imobilidade do móvel a consentir a mobilidade do habitante e a condicionar o seu nomadismo. (104)

Estamos face a uma constante remissão para espaços, habitações, corpos, onde se desenham percursos, derivas, flutuações, dissonâncias, multiplicidades. E este vocábulo (“multiplicidades”, precisamente)

ganha em Teyssot um sabor acentuadamente deleuziano.

Dir-se-ia que o habitar de Teyssot trai constantemente uma cartografia aberta e dobrada que Deleuze e Guattari souberam identificar em Franz Kafka através da leitura que lhe dedicaram no extraordinário *Kafka. Pour une littérature mineur* publicado em 1975. Descobre-se em Kafka uma arquitectura descontínua, permanentemente fluida. Esta arquitectura das descontinuidades poderá ser assimilada à narrativa dos anos vinte *Der Bau*. Nesse conto inacabado (e é sintomática a natureza inacabada do conto, como, aliás, de parte considerável do trabalho de Kafka quando a confrontamos com a leitura deleuziana), um animal assimilável a uma toupeira constrói um elaboradíssimo complexo de túneis que se revelam, na sua complexidade e proliferação, um dispositivo cuja configuração acentrada poderá ser a melhor resposta aos dilemas da fragilidade desta criatura ameaçada (da qual pouco sabemos) que se interroga sobre a “máquina” kafkiana/deleuziana que construiu e a qual percorre incessantemente. O espaço deleuziano (rizomático, proliferante, e múltiplo) encontra-se amplamente ilustrado em *Der Bau*.

Teyssot poderia subscrever no seu texto este regime de experimentação e de transgressão criativa que se anuncia no Kafka de Deleuze e Guattari. Toda a regularidade é feita de um regime de multiplicidades onde a “repetição” e a “diferença” se afiguram como instrumentais para o “dever-teórico” do crítico e para a experimentação que ele deve promover. Um crítico que não se encontrasse devorado pela tentação hermenêutica seria, certamente, um melhor crítico, parece querer dizer-nos Teysot. Daí a importância que afigura no percurso de Teysot a conceptualização de multiplicidades deleuzianas que explicitamente convoca no seu ensaio “Arquitectura híbrida: um ambiente para o corpo prótico” (259-275) onde são destacados os conceitos de “máquinas desejanter” e “corpo sem órgãos”. Neste contexto, poder-se-á afirmar que Teysot hibridiza as práticas crítica e construtiva de maneira radical, ao restabelecer constantemente a recursividade múltipla entre a arquitectura, tomada como uma arte que faz conexões, ligações, assemblamentos, e o corpo onde as inscrições técnicas se tornaram amplamente codificadas no presente.

Luís Quintais

Allegretti, Giovanni; Sintomer, Yves (2009), *I bilanci partecipativi in Europa. Nuove esperienze democratiche nel vecchio continente*. Roma: Ed. Ediesse, 480 pp.¹

Qual é a relação entre os objectivos, as expectativas e as consequências efectivas das práticas participativas? E qual é a relevância global (política, institucional, social) da oferta de oportunidades participativas por parte das instituições políticas? O volume

de Giovanni Allegretti e Yves Sintomer *I bilanci partecipativi in Europa. Nuove esperienze democratiche nel vecchio continente*² ajuda a esclarecer e dar resposta a estas e outras questões, apresentando os resultados de uma pesquisa que traça um

¹ A publicar em versão portuguesa com o título *Os Orçamentos Participativos na Europa* (Coimbra: Almedina, 2011).

² Título em português: *Os Orçamentos Participativos na Europa. Novas experiências democráticas no velho continente* [N.T.].

mapa dos Orçamentos Participativos (OP) europeus. Assinala e interpreta analogias e diferenças, além de propor elementos para a interpretação das potencialidades e limites do fenómeno participativo.

Os autores apostam numa clara abordagem sociológica, tornando bem perceptíveis os seus valores de referência. Utilizam um desenho de investigação fundado sobre um ideal-tipo, que identifica no OP de Porto Alegre o modelo de uma prática que determina as características em presença das quais é possível falar da existência de um OP ou medir as suas mutações. De facto, com as suas adaptações, o OP revela ser uma prática fortemente dependente do contexto: inserido em ambientes distintos pode alterar não só formas e métodos, como também o seu significado de fundo e, por fim, perder o seu sentido inicial e profundo enquanto prática antitética ao neoliberalismo nas políticas locais e à governação fundada em parcerias público-privadas. Deste modo, o OP surge do estudo como um caso de “glocalização” política e cultural, podendo representar – de perspectivas teóricas diferentes daquelas utilizadas no texto – um caso de *policy transfer* (transferência no tempo e no espaço de modelos e soluções para as políticas públicas), de *institutional transplantation*, ou de translação (metáfora linguística usada para indicar a inevitável, ainda que parcial, deturpação que ocorre quando se traduz uma obra numa outra língua para torná-la legível a um público diferente).

Desta declinação plural do OP, a investigação também individualiza alguns factores explicativos. Em particular, para pôr ordem entre as diferentes transformações, derivas e reinvenções do OP, os autores efectuam um importante esforço de sistematização, propondo duas tipologias: (i) uma que classifica os OP efectivamente realizados, de acordo com as suas

características e consequências práticas; (ii) uma segunda que, por sua vez, tem por objecto mais geral a participação. Esta é sobreponível à primeira e, sobretudo, propõe uma interpretação dos significados presumíveis dos diferentes desenvolvimentos dos OP: democracia participativa, democracia de proximidade, modernização participativa, parceria participativa, neocorporativismo. O modo como são apresentadas as variáveis, sobre as quais são construídas as duas tipologias, oferece algumas dúvidas, visto que variáveis dependentes e independentes nem sempre são distinguidas de forma clara. Além do mais, outras poderiam ser consideradas, como por exemplo as condições económicas: onde se encontra o ambiente mais favorável para a instalação de práticas como os OP, e para os diferentes tipos de OP? Em economias locais ricas, em dinâmicas de crescimento, ou entre aquelas afectadas pelo subdesenvolvimento e até por crises, deslocalizações, etc.? Por outras palavras, será que as condições das economias locais, que se reflectem sobre o estado das finanças municipais quando estas têm autonomia impositiva, são importantes para favorecer a implementação de práticas participativas? E de que tipo? A dupla tipologia proposta mantém-se, no entanto, o contributo mais importante do trabalho, pois o sentido dos orçamentos participativos é reconstruído a partir da diversidade de ninhos favoráveis ao seu desenvolvimento, no mais amplo e diferenciado florescer de práticas participativas. Aqui são colocadas as questões mais interessantes, algumas das quais ainda em aberto. A mais importante diz respeito à capacidade de os diversos tipos de OP europeus terem impactos de democratização, capacitação e redistribuição de poder, sendo a resposta moderada e realista: os “orçamentos participativos europeus, na maior parte dos casos, ocupam-se

mais de *painting* e talvez de *building*, mas não de *housing*". Existem importantes potencialidades de democratização nos tipos de OP mais próximos do modelo de Porto Alegre (modelos de "democracia participativa" e de "desenvolvimento de comunidade"), sendo que nos outros casos existem quase sempre oportunidades de encontro com processos de "modernização administrativa". Também o recurso a este conceito pode originar alguns equívocos, tendo em conta, nomeadamente, o carácter pouco neutro do seu uso mais difundido, associado à ideia de inovação organizativa nas administrações públicas dominantes nos últimos 25 anos e que corresponde a valores e instrumentos em sintonia com o *New Public Management* e com a administração organizada do neoliberalismo.

Mas a dificuldade em concretizar a democracia participativa, na qual o OP dá provas de ser um instrumento com potencialidades democráticas e de redistribuição social maior do que os outros, parece sobretudo corroborar o que também outras pesquisas evidenciaram: a participação, entendida como envolvimento nos processos públicos de indivíduos ou de actores da sociedade civil portadores de visões orientadas para os bens comuns, produz efeitos sobre as decisões tanto mais intensas quanto menor é a saliência política do que é posto em jogo – isto é, quando o que está em jogo diz respeito a aspectos de proximidade e não a perspectivas de desenvolvimento de uma cidade ou de um território. Por outro lado, quando nas decisões públicas a distribuição de recursos é mais importante, prevalecem outras formas de inclusão, que transportam a marca da governação neoliberal (parceria público-privada, planificação estratégica). Nestes casos, os protagonistas não são sujeitos sociais débeis, mas interesses económicos

orientados para a valorização do espaço em termos coerentes com as políticas de competitividade. Assim, as práticas participativas que têm uma dimensão de democratização e redistribuição social, embora mínimas, tendem a manter-se confinadas no âmbito de nichos específicos e despolitizados. Isto pode resultar de vários factores, entre os quais a necessidade de um contrapeso na governação local relativamente às formas mais exclusivas de diálogo entre elites políticas e económicas. Ou então o efeito de regimes políticos de coligação, em que às componentes minoritárias e radicais de alianças fragmentadas são atribuídos âmbitos de iniciativa política e de despesa menor, mas correspondente às suas preferências, desde que não perturbem o carácter totalmente liberal das políticas locais, assim como as relações privilegiadas entre sistema político e actores económicos.

A investigação aponta também para uma reflexão crítica sobre a ênfase amplamente divulgada nas supostas vantagens das práticas deliberativas. Segundo os resultados previstos por Allegretti e Sintomer, sintetizados na tabela da página 314 da edição italiana, a qualidade deliberativa não é um factor que, por si só, diversifique de modo significativo as tipologias de participação. Além disso, poderia ser considerada a hipótese segundo a qual as experiências do OP se inserem no modelo de democracia participativa por terem aquele perfil específico, ou seja, por serem uma das poucas práticas deliberativas democráticas. Como tal, parece no entanto não fugir ao limite do que está em jogo, normalmente mais "micro" do que estratégico, especialmente na Europa.

Obviamente, uma boa investigação não pode colocar, e muito menos responder, a todas as possíveis questões sobre o fenómeno indagado. Em particular, considerando o arco temporal até aqui coberto

pelo desenvolvimento dos OP, é possível colocar-se uma interrogação acerca do futuro do OP enquanto tecnologia participativa e de governo. Pode, de facto, compartilhar o destino de outros instrumentos de inovação da política, do fazer política e do funcionamento das instituições: nascer, desenvolver-se e morrer num espaço de tempo frequentemente não muito superior a uma década. Pensemos na Citizens' Charter, nos "orçamentos sociais", nas técnicas comunicativas de *e-government*, nas diversas gerações de instrumentos de controlo, monitorização e avaliação das políticas e da acção administrativa. Em comum, os muitos métodos de inovação têm uma facilidade intrínseca em passarem de moda, visto serem substituídos por outros. Por isto, a pesquisa de Allegretti e Sintomer – a partir da constatação de que hoje o OP originário se declina em formas e assume sentidos políticos e sociais muito

diferentes entre si – não pode mais que manter aberta a questão mais difícil: o OP será substituído por outras formas de participação? Ou então: será que a sua elevada propensão para a hibridizade lhe consentirá uma sobrevivência evolutiva, assumindo mais uma vez formas e, acima de tudo, significados diferentes? Particularmente interessantes e promissoras a este propósito são as indicações conclusivas sobre as receitas (fiscais e não fiscais) enquanto objecto de participação (397 da edição italiana). Por sua vez, são levantadas as maiores perplexidades quanto às perspectivas de hibridizade com formas de inclusão baseadas nos *stakeholders* (empresas e sociedade civil organizada), como nos últimos dois modelos-tipo ideais ("mesa de negociação" e participação dos interesses organizados) delineados no volume.

Ernesto d'Albergo

UN HABITAT (2010), *State of the World's Cities 2010/2011: Cities for All, Bridging the Urban Divide*. London, Washington: Earthscan, 224 pp.

O *United Nations Human Settlements Programme* (UN-HABITAT) foi criado em 1978, dois anos após da realização da *Habitat Conference* em Vancouver, Canadá. É uma agência da Organização das Nações Unidas para assentamentos humanos, que "helps the urban poor by transforming cities into safer, healthier, greener places with better opportunities where everyone can live in dignity" (UN-HABITAT's Brochure, 2009). Uma das suas principais publicações é *State of the World's Cities*. Iniciada em 2001, a série – que actualmente é bianual – tem o objetivo de destacar os desafios que a urbanização coloca às cidades do mundo. O Relatório de 2010/2011, publicado sob o título *Cities for All, Bridging the Urban Divide*, aponta uma mudança de paradigma

na elaboração de políticas urbanas e apresenta, no fim, recomendações para a construção de cidades inclusivas. Na introdução do relatório, Anna K. Tibaijuka, Directora Executiva do UN-HABITAT, salienta que "this Report contributes to bridge the gap between scientific information and societal action, which is a simple, but fundamental requisite, to promote equity and sustainability for more harmonious cities." A Directora Executiva refere-se aqui ao Relatório 2008/2009, que adoptou o conceito de cidade harmoniosa como quadro teórico para entender o mundo urbano e como instrumento operacional para enfrentar os mais importantes desafios das áreas urbanas. A ideia de unificar a cidade através do planeamento (capítulo 4, Rel. 2008/2009) levou a que o Relatório de

2010/2011 se concentrasse sobre o conceito *urban divide* entre a cidade legal e a favela. A informalidade urbana também já tinha sido a tónica no Relatório de 2006/2007. Os Objetivos do Milénio foram o quadro referencial pelo qual o UN-HABITAT analisou a cidade e a favela. Colocando à prova a capacidade de intervenção dos Estados africanos, asiáticos, latino-americanos e caribenhos, os países foram classificados de acordo com as seguintes categorias: (i) *on track*: baixa incidência ou rápido declínio nas taxas de crescimento das favelas; (ii) *stabilizing*: estabilização ou reversão das taxas de crescimento e necessidade de monitoração; (iii) *at risk*: crescimento moderado a alto das taxas, moderada incidência e necessidade de políticas corretivas; (iv) *off risk*: alta proporção, rápido crescimento e necessidade de acções urgentes e imediatas. Os países *at risk* e *off risk* precisavam de se esforçar para cumprir os Objetivos do Milénio – em especial o número 7, meta 11: melhorar a vida de pelo menos 100 milhões dos 1,4 bilhões de moradores a morar em favelas previstos para 2020; segundo a estimativa do Relatório, haveria 715 milhões de pessoas a morar em favelas em 1990.

Para Anna K. Tibaijuka, a publicação do Relatório de 2010/2011 ocorre “in a very important year – a key milestone that marks the halfway point towards the deadline for the *slum target* of the Millennium Development Goals”. E congratula-se com o facto de os governos terem “collectively exceeded the slum target of Millennium Development Goal 7 by at least 2,2 times, and 10 years ahead of the agreed 2020 deadline”. De acordo com o Relatório, 227 milhões de pessoas em todo o mundo deixaram a favela; mesmo assim, a população das favelas cresceu de 776,7 milhões para 827,6 milhões durante a última década. Do crescimento ocorrido, metade veio de pessoas que já viviam em favelas, um quarto

de migrantes do campo para áreas urbanas e outro quarto de pessoas que viviam em áreas rurais nas periferias das cidades e que viram as suas residências engolidas pelo crescimento urbano. Porém, o Relatório não se delonga muito a explicar como tal aconteceu, retomando a abordagem do *urban divide* para apresentar um quadro referencial baseado em direitos como a dignidade humana.

O Relatório inicia-se com a constatação de que há taxas cada vez mais altas de urbanização da população mundial, e que muitas cidades, principalmente dos países em desenvolvimento, estão despreparadas para intervir nos processos de urbanização. O estudo argumenta que esse contexto cria cidades divididas, o que é drasticamente visível nas maiores cidades do mundo através do contraste entre arranha-céus e favelas.

Na primeira parte – *Urban Trends* – o Relatório discorre sobre o crescimento do urbano no mundo. São identificadas cidades-região, corredores urbanos e mega-regiões classificadas como motores da economia global e regional. Ao relacionar urbanização e pobreza, o Relatório define dois recortes espaciais para centrar a sua análise: o primeiro concentra-se nos países africanos, asiáticos, latino-americanos e caribenhos, e o segundo nas favelas das grandes cidades desses países. O Relatório apresenta, então, um *ranking* dos países no que respeita ao progresso alcançado na redução das favelas. Os países que, em números absolutos, mais reduziram a população das favelas, entre 2000-2010, foram a China (65,31 milhões), a Índia (59,73 milhões), a Indonésia (21,23 milhões) e o Brasil (10,38 milhões). Por outro lado, as que mais diminuíram a percentagem da população residente nas favelas foram a Indonésia (47,5%), Marrocos (45,8%), a Argentina (40,7%), a Colômbia (39,7%) e o Egipto (39,2%).

Na segunda parte – *The Urban Divide* – o Relatório confirma a abordagem da cidade dividida – entre incluídos e excluídos – para argumentar que essa divisão estimula a desigualdade e a estratificação social, que reflectem as diferenças em que o espaço e as oportunidades são produzidos, apropriados, transformados e usados. A cidade inclusiva é apresentada, então, como uma abordagem positiva, que estabelece uma dinâmica baseada em direitos: o direito à cidade. É através desse quadro referencial que a relação entre as quatro dinâmicas da equidade – económica, social, política e cultural – se poderia tornar, de mero paradigma conceitual, numa abordagem inclusiva e sustentável. Através da análise destes aspectos do urbano dividido, o Relatório pretende demonstrar como os processos inclusivos devem estar relacionados com as dinâmicas da equidade para que se possa romper com os processos de marginalização da sociedade.

Na terceira parte – *Bridging the Urban Divide* – o Relatório pretende avançar com o debate sobre o direito à cidade, que teria como princípios: (i) a indivisibilidade dos direitos humanos; (ii) a inclusão e a não discriminação; (iii) a prioridade para grupos vulneráveis e marginalizados; e (iv) a equidade de género. Incluído nas Constituições Federais do Brasil, em 1988, e do Equador, em 2008, o direito à cidade, segundo o Relatório, já foi implantado em diversos países com diferentes escalas de sucesso, e não pode ser confundido com um simples instrumento legal. Deste modo, muitos municípios, de forma explícita ou não, reforçam a efectividade do direito ao implantarem políticas inclusivas. Partindo

da inclusão económica, social e política, o Relatório demonstra como as dinâmicas regionais operam no que respeita a essas categorias e defende uma abordagem multidimensional da inclusão e da cultura enquanto factor de grande importância. Por fim, o Relatório estabelece cinco estratégias para uma cidade inclusiva: (i) avaliar o passado e medir o progresso; (ii) criar instituições mais eficazes ou fortalecer as existentes; (iii) criar alianças entre os níveis de governo; (iv) desenvolver uma visão de promoção da inclusão; e (v) assegurar a distribuição equitativa das oportunidades. Se fizermos uma abordagem histórica da série *State of the World's Cities*, verificamos que algumas perguntas dos Relatórios anteriores continuam em aberto. Se o Relatório de 2008/2009 pregava uma cidade unida, através do preceito da harmonia, por que razão é que o Relatório actual debate apenas as favelas dos países africanos, asiáticos, latino-americanos e caribenhos ao invés do fenómeno da urbanização como um todo? O que aconteceu com os países definidos em 2006/2007 como *on track* (Egipto, Porto Rico, Uruguai, Cuba, Sri Lanka, Tunísia, Geórgia e Tailândia)? Excluindo o Egipto, nenhum dos outros países apareceu no Relatório de 2010/2011 como um caso de progresso na diminuição da população das favelas. E o que explica que os países que, em 2006/2007, estavam na categoria *at risk* (China, Índia, Marrocos e Argentina) tenham demonstrado, em 2010/2011, um grande melhoramento? Talvez tenhamos estas respostas em 2012.

Juliano Geraldi

Pflieger, Géraldine (2006), *De la ville aux réseaux/dialogues avec Manuel Castells*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 325 pp.

A crescente consciência a respeito da importância das dimensões espaciais das sociedades e um olhar que concebe o espaço como grandeza fundadora e essencial da nossa relação com o mundo são os pontos de partida e de motivação da coleção *espace en société, penseurs d'espace*, na qual se insere a obra de Géraldine Pflieger. Partindo de uma série de entrevistas realizadas quase na totalidade *face-à-face* com Manuel Castells no ano de 2004, a autora, colaboradora científica do Laboratório de Sociologia Urbana da Escola Politécnica Federal de Lausanne e cuja trajectória é marcada pela preocupação com objectos e problemáticas extremamente próximos dos de Castells, propõe-se a (re)traçar a génese e a evolução da produção científica desta “antiga emblemática figura da sociologia urbana marxista” (2) nascida em Barcelona. Para tal, Pflieger desenvolveu um trabalho de “historicismo reflexivo”, método utilizado anteriormente pelo sociólogo Christian Topalov, que consiste em situar a obra no contexto dos múltiplos debates e controvérsias dos quais ela foi objecto no momento de sua produção, tanto no mundo académico quanto entre os actores sociais. O objectivo desta opção foi de evitar o risco de uma abordagem anacrónica, que, por meio de um olhar distante, se limitasse a analisar uma produção – anos depois de sua realização – com um foco redutoramente centrado no seu carácter ultrapassado, nas suas falhas e desfasamentos. Para escapar a este risco, seria necessário situar a produção da obra de Castells no seu contexto científico e intelectual, evidenciando o seu impacto e a sua recepção no cerne dos debates teóricos e ideológicos. Assim, Pflieger analisa aquelas que julga serem as principais obras do

autor (*La question urbaine, Monopolville, The City and the Grassroots, The Informational City e The Information Age*), tentando associar a discussão de cada livro a uma descrição do mundo de Castells e do contexto de realização do trabalho. Após um primeiro capítulo dedicado à biografia intelectual e pessoal de Castells, cada uma das obras escolhidas é apresentada num capítulo distinto. Os capítulos iniciam-se invariavelmente pela síntese e contextualização do respectivo livro, cuja abordagem foi desenvolvida numa das entrevistas realizadas, organizada por temas e transcrita em seguida, e finalizam-se com a apresentação das principais críticas suscitadas pela obra em questão.

O primeiro capítulo, de carácter biográfico, destaca a riqueza intelectual e política da juventude de Castells, vivida sob diferentes influências ideológicas: o anarquismo, o marxismo e a “tentação revolucionária”. A entrevista abrange desde os primeiros anos na universidade em Espanha até à experiência vivida em 1968, quando, exilado no Chile, estudou os movimentos de bairro daquele país, tendo contacto com a “pobreza desesperada, o terceiro mundo” (42). Entre estes dois momentos, incluem-se episódios da vida do estudante anarquista que lutou contra o franquismo e que, exilado em França, teve como orientador de tese o sociólogo Alain Touraine, e do professor assistente da Universidade de Nanterre que, tendo como aluno Daniel Cohn-Bendit, se envolveu directamente no movimento de Maio de 68 até ao exílio no Chile.

Em 1972, Castells publica *La question urbaine*, uma abordagem marxista sobre a questão urbana realizada num contexto caracterizado pela explosão das lutas urbanas

e pela politização do urbano em todo o mundo. Trata-se de uma obra de ambição teórica que, fundamentada no estruturalismo, procurava propor um novo esquema de análise, o “sistema urbano” (55). Castells critica a Escola de Chicago, rejeitando a análise do espaço focada na cultura urbana e propondo que esta seja realizada através da compreensão da estrutura social e da determinação do espaço pelos modos de produção: “o espaço torna-se a expressão da estrutura social e sua análise leva a compreender como ele é determinado pelos sistemas económico, político e ideológico” (55). A inovação desta obra, segundo o seu autor, foi a introdução da política e dos conflitos sociais no centro da problemática urbana (64).

Em 1974, em colaboração com Francis Godard, seria publicado *Monopolville*, obra que, segundo Pflieger, representa um testemunho da sociologia marxista urbana durante a década de 70, cada vez mais estruturada pelo Estado sob a influência do Ministério do Equipamento urbano. Com esta procurou-se, através da teoria do sistema urbano desenvolvida em *La question urbaine*, compreender a cidade da fase monopolística do desenvolvimento do capital. Para tal, Castells elegeu como maquete quase experimental a cidade de Dunquerque, desenvolvendo uma enorme pesquisa empírica que seria, segundo o autor, um dos poucos méritos desta obra que ligou de maneira demasiado estreita a pesquisa à política (115). *Monopolville* seria um ponto de ruptura para Castells, que, na entrevista, critica os trabalhos fundamentados na teoria do capitalismo monopolista pelo seu parco rigor empírico e nulo valor intelectual. Depois da publicação de *Monopolville*, Castells parte para os Estados Unidos e dedica o fim da década ao estudo dos movimentos sociais urbanos. Em 1983, quatro anos após haver chegado a Berkeley (Califórnia), Castells publica

The City and the Grassroots, obra que representa uma ruptura tanto no plano teórico, afastando-se do estruturalismo, quanto metodológico, realizando a passagem de um método hipotético dedutivo para um interactivo. Nesta obra, após quinze anos de trabalho empírico, para responder à problemática da produção da cidade e sob a influência de Alain Touraine, Castells iria apoiar-se na análise dos actores sociais e na capacidade de transformação da cidade e da sociedade pelos movimentos sociais urbanos.

The Informational City, publicado em 1989, demarcaria uma mudança temática ligada a estudos realizados a partir de 1983 sobre as relações entre inovações, novas tecnologias e territórios. A ambição desta obra foi de estudar as novas tecnologias da informação e os processos urbanos e regionais, defendendo que o surgimento de um novo modo de desenvolvimento informacional, conjugado com uma reestruturação profunda do capitalismo, teria gerado uma modificação radical na relação entre produção, sociedade e espaço. Castells destaca a colaboração dos estudantes de Berkeley na realização deste trabalho, afirmando que as suas obras são fruto de sua própria observação empírica de diferentes regiões do mundo, inclusive da Califórnia, e do trabalho de análise de diversos estudantes.

The Information Age, uma trilogia publicada em 1996, 1997 e 1998, teve repercussões tanto no universo académico quanto no político e económico e entre os movimentos sociais. Nesta obra, Castells anuncia um quadro de análise global da era da informação, o que representou um alargamento da análise técnico-económica da cidade realizada em *The Informational City*, passando da cidade à sociedade e dos Estados Unidos ao mundo inteiro.

Percorrendo estas cinco obras de maneira detalhada e exigente e sem deixar escapar

as influências vividas por Castells e os actores que participaram de seu universo intelectual, Géraldine Pflieger fornece uma interessante e abrangente visão de uma produção que, no formato apresentado, desperta curiosidade e interesse por parte do leitor de *De la ville aux réseaux/dialogues avec Manuel Castells* que não conhece a obra deste autor. A originalidade da obra de Pflieger encontra-se não somente no formato que elegeu, que, através de diálogos, possibilita relacionar cada uma das obras com a antiga e a actual perspectiva de Castells, mas sobretudo na visibilidade que confere às rupturas e continuidades presentes no percurso intelectual e na produção do autor. Juntamente ao universo de

Castells, são revelados os cenários da produção sociológica e as principais correntes presentes naquele contexto em França e nos Estados Unidos. De entre as inúmeras questões levantadas por Pflieger, Castells evidencia a relevância que confere ao trabalho empírico e a indispensabilidade deste na pesquisa sociológica. No entanto, apesar de a autora explorar a utilização destes trabalhos na elaboração das obras, pouco fica claro sobre os métodos utilizados por Castells para tal. A obra completa-se oferecendo a bibliografia completa de Castells e um rico glossário das definições utilizadas pelo autor.

Lays Silva